

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Art. 1º** - Este Regulamento estabelece as normas gerais para a organização e a realização de estágio de alunos dos cursos de graduação ofertados pela FACULDADE RAIMUNDO MARINHO, quando a atividade integrar o currículo do curso ou se as diretrizes curriculares exigirem.

**Art. 2º** - O estágio, como procedimento didático-pedagógico e ato educativo, é uma atividade acadêmica, obrigatória, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com estas normas e as normas complementares, fixadas pelo Colegiado de cada Curso, ouvindo o NDE.

§1º A concepção do estágio como atividade curricular e ato educativo intencional da Faculdade implica a necessária orientação e supervisão do mesmo por parte da Coordenadoria do Curso ou órgão a esse subordinado ou por profissional especialmente designado, respeitando-se a proporção exigida entre estagiários e orientador, em decorrência da natureza da ocupação.

§2º Cabe ao Colegiado de Curso, à vista das condições disponíveis, das características locoregionais, bem como das exigências profissionais, estabelecer os critérios e os parâmetros para o atendimento do disposto no parágrafo anterior.

§3º O estágio deve ser realizado, preferencialmente, ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não pode ser etapa desvinculada do currículo.

§4º Observado o prazo-limite para a conclusão do curso, em caráter excepcional, quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve estar matriculado, e ser locado em umas das instituições com convenio junto a Faculdade que deverá orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual deverá ser devidamente registrado.

**Art. 3º** - A Faculdade, nos termos do projeto pedagógico de cada curso, zelará para que os estágios sejam realizados em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos estagiários experiências profissionais, ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade da Faculdade a orientação e o preparo de seus alunos para que os mesmos apresentem condições mínimas de competência pessoal, social e profissional, que lhes permitam a obtenção de resultados positivos desse ato educativo.

**Art. 4º** - As organizações concedentes de estágio poderão contar com os serviços auxiliares de agentes de integração da Faculdade ou de instituições públicas ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.

Parágrafo único. Os agentes de integração poderão responder por quaisquer das seguintes incumbências:

- I - identificar oportunidades de estágio e apresentá-las à Faculdade;
- II - propiciar condições do estágio a constar de instrumento jurídico próprio e específico;
- III - prestar serviços administrativos, especialmente, os referentes ao cadastramento de estudantes e de campos e oportunidades de estágio;
- IV - tomar providências relativas à execução do pagamento da bolsa de estágio, quando o mesmo for caracterizado como Estágio Não Obrigatório;
- V - tomar providências pertinentes em relação ao seguro a favor do aluno estagiário contra acidentes pessoais;
- VI - co-participar, com a Faculdade, do esforço de captação de recursos para viabilizar o estágio;
- VI - cuidar da compatibilidade das competências da pessoa com necessidades educacionais especiais às exigências da função objeto do estágio.

CAPÍTULO II - MODALIDADES DE ESTÁGIO

**Art. 5º** - São modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento curricular do curso:

I - estágio curricular obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso;

II - estágio curricular não obrigatório, que deve manter coerência com o perfil profissional de conclusão do curso deverá atender aos seguintes quesitos;

a) O estágio curricular não obrigatório é realizado por opção do estudante e deverá ser encarado como atividade complementar, articulada com o processo de formação acadêmico-profissional, obedecendo a proposta pedagógica de cada curso, sendo este remunerado.

b) Mesmo sendo não obrigatório este estágio não poderá estar desvinculado do curso frequentado pelo acadêmico.

c) O estudante poderá desenvolver o estágio não obrigatório em qualquer época do curso, respeitando a legislação em vigor e o presente regulamento.

d) Ficará a critério de cada coordenação de curso por intermédio de sua proposta pedagógica fixar as horas que poderão ser aceitas como Atividades Complementares.

III - estágio civil, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela Faculdade ou pelo Colegiado do Curso, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, desenvolvido nos termos do respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Quando a atividade de estágio, assumida intencionalmente pela Faculdade como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser devidamente registrada como Atividade Complementar.

§ 2º A modalidade de estágio civil somente poderá ser exercida junto a atividades ou programas de natureza pública ou sem fins lucrativos.

**Art. 6º** - A Coordenação do Curso e, eventualmente, o agente de integração, devem esclarecer a organização concedente de estágio sobre a parceria educacional a ser celebrada e as responsabilidades a ela inerentes.

§1º O convênio, a ser celebrado entre a Faculdade e a organização concedente de estágio, objetivando o melhor aproveitamento das atividades sócio-profissionais que caracterizam o estágio, deve conter as orientações necessárias a serem assumidas pelo estagiário ao longo do período de vivência educativa proporcionada pela empresa ou organização.

§2º Para a efetivação do estágio, faz-se necessário termo de compromisso firmado entre o aluno e a parte concedente de estágio, com a interveniência obrigatória da Faculdade.

§3º O estágio realizado na própria Faculdade ou sob a forma de ação comunitária ou de serviço voluntário fica isento da celebração de termo de compromisso, podendo o mesmo ser substituído por termo de adesão de voluntário, conforme previsto Lei Federal nº 11.788/ 2008.

§4º O estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

§5º A realização de estágio não remunerado representa situação de mútua responsabilidade e contribuição no processo educativo e de profissionalização, não devendo nenhuma das partes onerar a outra financeiramente, como condição para a operacionalização do estágio.

§6º A realização do estágio, obrigatório ou não, obriga a Faculdade (estágio obrigatório) ou a empresa ou organização (estágio não obrigatório) concedente, de acordo com o instrumento jurídico firmado, a providenciar, a favor do aluno estagiário, seguro contra acidentes pessoais.

§ 7º O seguro contra acidentes pessoais, mencionado no parágrafo anterior, poderá ser contratado pela organização concedente do estágio, diretamente ou através da atuação conjunta com agentes de integração.

### CAPÍTULO III - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

**Art. 7º** - A carga horária, duração e jornada do estágio, a serem cumpridas pelo estagiário, devem ser definidas no projeto pedagógico do curso, em consonância com as diretrizes curriculares do curso, os órgãos fiscalizadores de profissão e a lei de estágio.

§1º A carga horária do estágio supervisionado não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 20 horas semanais.

§2º A carga horária destinada ao estágio é registrada no histórico e demais documentos escolares do aluno, na forma prevista no Regimento da Faculdade, neste Regulamento e normas específicas, aprovadas pelo Conselho Acadêmico e Administrativo e pelo Colegiado do Curso.

**Art. 8º** - Os estágios supervisionados que apresentem duração prevista igual ou superior a um ano devem contemplar a existência de período de recesso, proporcional ao tempo de atividade, preferencialmente, concedido juntamente com as férias escolares.

### CAPÍTULO IV - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**Art. 9º** - As atividades do estágio supervisionado obrigatório acompanhadas pelo supervisor de estágio ou coordenador, nas suas diversas modalidades, devem conter o seguinte conteúdo mínimo obrigatório:

I - estudos e pesquisas das diversas áreas das respectivas profissões;

II - atividades práticas supervisionadas;

III - atividades simuladas;

IV - estudos e pesquisas dirigidos para o tema escolhido pelo estagiário, sob a supervisão docente, para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso;

V - seminários, painéis ou eventos similares, para o debate a respeito de temas atuais;

VI - visitas orientadas;

**Art. 10.** - O conteúdo programático das atividades do estágio supervisionado será definido, semestralmente, pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único. As normas devem definir, no mínimo, conteúdo e duração de cada atividade ou tarefa, metodologias a serem adotadas, bibliografias de apoio, processo de avaliação de desempenho do estagiário e formas de correção de possíveis falhas na formação acadêmica do educando.

**Art. 11.** - A definição do conteúdo deve levar em conta as mudanças e perspectivas do mercado de trabalho e o ambiente socioeconômico e cultural em que o curso é ministrado.

### CAPÍTULO V - DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO E DOS REGISTROS ACADÊMICOS

**Art. 12.** - Para quaisquer modalidades de estágio, a Faculdade deve designar, dentre sua equipe de trabalho, um ou mais profissionais responsáveis pela orientação e supervisão dos estágios.

Parágrafo único. Competem a esses profissionais, além da articulação com as organizações nas quais os estágios se realizarão assegurar sua integração com os demais componentes curriculares de cada curso.

**Art. 13.** - A Faculdade, nos termos do projeto pedagógico do curso, poderá, no caso de estágio curricular obrigatório, possibilitar que o aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado das atividades de estágio, mediante avaliação do Colegiado do Curso.

§ 1º A Faculdade deve registrar, na pasta do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

§ 2º No caso de aluno que trabalha fora da área profissional do curso, a Faculdade deve fazer gestão junto ao empregador no sentido de que o estagiário possa ser liberado de horas de trabalho para a efetivação do estágio curricular obrigatório.

**Art. 14.** - A Faculdade deve planejar, de forma integrada, as práticas profissionais simuladas, desenvolvidas em sala ambiente, em situação de laboratório, e as atividades de estágio supervisionado, em condições reais de trabalho, as quais devem ser consideradas em seu conjunto, no seu projeto pedagógico, sem que uma substitua a outra.

**Art. 15.** - São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do estágio supervisionado:

I - Colegiado do Curso;

II - Coordenadoria do Curso.

Parágrafo único. O Núcleo Docente Estruturante poderá participar de qualquer das fases das atividades de estágio, por solicitação da Coordenadoria do Curso.

## CAPÍTULO VI - DOS ESTAGIÁRIOS

**Art. 17.** - São considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, todos os alunos de cada curso de graduação da Faculdade, devidamente matriculados em qualquer das etapas do estágio supervisionado.

**Art. 18.** - Cabe ao estagiário:

I - participar de projetos de iniciação científica, programas de extensão, trabalhos simulados ou execução de tarefas em situações reais de trabalho;

II - realizar todas as atividades programadas, sob a orientação de professor designado;

III - submeter-se a processos de avaliação continuada e global, buscando a melhoria de seu desempenho acadêmico-científico e de iniciação profissional;

IV – auto avaliar-se, como parte do processo de avaliação global de seu desempenho;

V - apresentar relatórios periódicos, de suas atividades práticas, sob supervisão profissional-docente;

VI - realizar, com zelo, dedicação e espírito profissional, todas as atividades programadas.

## CAPÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

**Art. 19.** - O processo de avaliação do estagiário é global e terminal em cada período letivo.

**Art. 20.** - O processo de avaliação de desempenho obedece às normas gerais, estabelecidas no Regimento da Faculdade e nos projetos pedagógicos de cada curso.

## CAPÍTULO VIII - DAS ATIVIDADES EXTERNAS

**Art. 21.** - As atividades de estágio supervisionado podem ser desenvolvidas em organizações, públicas ou privadas, ou nos próprios serviços da Faculdade.

**Art. 22.** - A Coordenadoria de Curso é órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação do estágio.

Parágrafo único. Quando o estágio for realizado em organizações externas, cabe à Coordenadoria do Curso emitir parecer para o credenciamento da empresa ou órgão público, mediante contrato ou convênio firmado pela mantenedora.

**Art. 23.** Admite-se a EQUIVALÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO (obrigatório) a partir da experiência profissional comprovada que supere, em duração e conteúdo, os resultados esperados da prática do estágio supervisionado, devidamente comprovado documentalmente e através de relatório das atividades desenvolvidas.

**Art. 24.** Para solicitar a equivalência o aluno deve dirigir requerimento à Supervisão do Estágio ou à Coordenação do Curso acompanhado dos documentos seguintes:

- a. declaração de vínculo com a Empresa, carteira profissional, registro de firma individual, contrato social ou ata de Assembleia Geral que elegeu o requerente (apresentar originais e deixar cópias ou entregar cópias autenticadas);
- b. declaração das atividades exercidas com assinatura do requerente e do representante legal da Empresa.
- c. relatório das atividades exercidas

## CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25.** - Este regulamento somente poderá ser alterado, pela maioria absoluta do Conselho Acadêmico e Administrativo.

Parágrafo único. As especificidades de estágio de cada curso são disciplinadas pela Coordenadoria de Curso.

**Art. 26.** - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Acadêmico e Administrativo.

**Art. 27.** - Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se todas as disposições contrárias.

**Elaboração:** Conselho Superior Acadêmico e Administrativo - CAD

**Aprovação:** em 02 de maio de 2019

**Revisado:** em 14 de janeiro de 2020